

Conjuntura FGV Ibre estima que renda teria caído 3% em termos reais desde 2019 se valor fosse deflacionado pela inflação de alimentos

Alta de preço de alimentação afeta percepção da renda

Luciane Carneiro
Do Rio

O mercado de trabalho está aquecido, mas parte do desempenho positivo se dá por uma mudança no perfil da população, agora mais escolarizada e menos jovem. Além disso, a maior conexão dos trabalhadores com o trabalho ainda é de renda de baixa produtividade, com vagas menor que a média nacional. Ao mesmo tempo, os preços dos alimentos aceleraram nos últimos anos em ritmo superior ao da inflação, o que elevou o nível e provocou um aumento do seu peso no orçamento das famílias, especialmente aquelas de renda mais baixa.

A combinação desses fatores ajuda a explicar um aparente descompasso entre a evolução dos indicadores do mercado de trabalho e a percepção de bem-estar, medida por indicadores de confiança. A avaliação é de pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre), a partir dos resultados de um levantamento que está o mercado de trabalho, que faz diferentes exercícios para descontar os efeitos desses aspectos na evolução do rendimento do trabalho no Brasil.

"O mercado de trabalho está aquecido, mas está longe de estar ruim, mas é preciso qualificar esse nível de aquecimento. Quando se ajusta os indicadores pela questão da

idade e da escolaridade, que é uma mudança estrutural, vemos que o rendimento real está aquecido", afirma Fernando de Holanda Barbosa Filho, autor do trabalho ao lado de Paulo Peruchetti, Janaina Feijó e Daniel Duque.

O rendimento médio do trabalho cresceu 1,4% ao ano entre o quarto trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2025, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo considera o período até setembro de 2025.

Se forem descontados os reflexos das alterações demográfica e no grau de instrução da população, a variação teria sido de -0,1% ao ano, ou praticamente estagnado. Se for somado o efeito da inflação de baixa renda, essa variação chegaria a -0,2% por ano, mostram os pesquisadores. Quando se leva em consideração de forma conjunta esse impacto da população mais jovem e menos escolarizada com a inflação de alimentos, o rendimento real cairia 3% ao ano desde 2019.

"Há uma diferença entre o rendimento do trabalho e o que as pessoas estão de fato comprando. Quando um trabalhador vai ao mercado hoje, ou gasta muito mais para encher o carrinho ou com o mesmo dinheiro não enche o carrinho. O sentimento é como se tivesse tido uma perda



Fernando de Holanda Barbosa Filho

de 3% ao ano", diz Barbosa Filho. Os números são resultado dos exercícios feitos para isolar a influência de diferentes variáveis no renda. Neste contexto, foram criados cenários contrafatuais, para estimar resultados caso a realidade tivesse sido distinta. No caso de rendimento do Ibrge, o valor é deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O estudo simula, então, a evolução da renda se fossem incorporadas as consequências das alterações na demografia e no nível de escolaridade da população e também se o deflator utilizado fosse a inflação de baixa renda e não o IPCA cheio.

Numa segunda etapa, os cál-

culos mostram que se deflitar a variação da renda se o cenário de ajuste do preço de alimentação no domínio, para dar uma dimensão do impacto do aumento dos preços dos alimentos no orçamento.

Entre dezembro de 2019 e setembro de 2025, o IPCA cheio sobe 38,3%, enquanto os preços da alimentação em deflatores pelo Ibrge tiveram alta de 58,4%. Em igual período, o IPCA de baixa renda foi de 39,7%.

O ritmo diferente de expansão dos preços levou a uma ampliação do peso da alimentação no cálculo do índice de inflação, que se baseia no orçamento das famílias. Para as famílias com renda de 1 a 1,5 salário mínimo, esse parcela subiu de 18,9% em janeiro de 2019 para 22,2% em janeiro de 2025. No grupo dos que têm rendimento entre 1,5 e 3 salários mínimos, ou percentual anual de 9,4% para 11,1%, em igual base de comparação.

Na avaliação do economista Paulo Peruchetti, esse "descolamento" entre a inflação de alimentos e a do IPCA ajuda a explicar a percepção mais negativa observada em indicadores de confiança.

"Nesse exercício, em que se deflaciona a renda pelo IPCA da alimentação, a gente vê esse impacto do aumento de alimentos. O dado é uma proxy do que a renda destinada à compra de alimentos".

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) do FGV Ibre avançou 2 pontos em março, para 88,1 pontos, mas se mantém abaixo da marca de 100 pontos, o que sugere um consumidor cauteloso. Na faixa de baixa renda, de até R\$ 2.100, o percentual é ainda menor, de 85,3 pontos. Na faixa mais alta, acima de R\$ 9.600,01, o resultado é de 92,2 pontos.

"Apesar da melhora no nível, a confiança continua negativa. Os resultados foram impactados pela melhora nas expectativas futuras enquanto a situação atual permanece em nível baixo. E ainda são os trabalhadores com menor nível de renda os que têm nível de confiança mais baixo", diz Barbosa Filho.

Director do FGV Ibre, Luiz Guilherme Schymura afirma que o preço mais alto dos alimentos ajuda a explicar a distância entre o sentimento das pessoas e a atualização da economia brasileira, que avança "razoavelmente bem, com inflação sob controle, taxa de desemprego já embuído e renda de salários crescendo".

"A economia está indo bem. Com tudo isso, como o governo pode estar tão mal avaliado? Do ponto de vista técnico, a renda melhora, a percepção da pessoa, a sensação é de que a renda não está crescendo", diz.

Diferentes cenários para evolução da renda do trabalho

Estado do FGV Ibre faz estimativa de impacto da inflação de alimentos na renda do trabalho



Preço subirá 6% com jornada menor, diz CNI

Luciane Carneiro
Do Rio

Um novo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas por semana deve significar aumento médio de 6,2% dos preços de bens e serviços da economia. Pela conta da entidade, os preços em supermercados podem subir 5,7%, enquanto serviços pessoais, como manicure e cabeleireiro, podem ter alta de 6,6%.

É este o segundo trabalho da CNI sobre o tema da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 12, debate que se acenou com o avanço das negociações em torno do Congresso para sustar a proposta ainda este ano.

No primeiro estudo, a CNI mostrou que a proposta de redução da jornada pode elevar em até R\$ 267,2 bilhões por ano os custos com empregados formais na economia. Isso ocorre pela folha de pagamento dos empregados.

A publicação mais recente da CNI calcula o impacto imediato da redução da jornada, antes de qualquer estratégia de recomposição dessas horas pelos empregados. A indústria é o setor mais afetado, com queda de 4,3% das horas trabalhadas, segundo pro- confed (4,03%), serviços (-2,44%), construção (-2,04%) e agropecuária (-1,70%).

As contas levam em consideração que a queda das horas trabalhadas corresponde a um recuo da intensidade do trabalho dos empregados ativos, dado que os salários são mantidos. Neste exercício, a produtividade por hora fica constante.

Para compensar a redução das horas trabalhadas e manter o mesmo nível de atividade, as empresas podem contratar horas extras ou contratar novos funcionários.

A metodologia desse estudo da CNI considera que a compensação seria feita com a inclusão de novos trabalhadores, mas as horas trabalhadas não seriam inte-

tegralmente recompostas.

As mesmo tempo, o custo da hora trabalhada aumenta, o que gera elevação de preços em toda a cadeia produtiva. Nessa conta, entram também os custos adicionais com compras de insumos e matérias-primas após os ajustes de empresas de outros setores.

"Nesse cenário, estimamos um aumento de 6,2% nos preços da economia após a redução do trabalho semanal de horas trabalhadas", aponta o texto.

Em serviços — em que há uso mais intensivo de mão de obra —, essa alta de preço é maior, de 6,5%. As taxas são de 6% nos produtos industrializados e de 4% nos agropecuários.

Na avaliação do presidente da CNI, Ricardo Alban, a elevação do custo do trabalho deve levar a aumento generalizado de preços. "As empresas não enfrentarão apenas o aumento do custo direto com mão de obra, mas os insumos também vão sofrer pressão de preço, considerando que a redução

do limite das horas trabalhadas afeta toda a cadeia produtiva".

O efeito na produtividade é um dos pontos destaque no discurso sobre jornada de trabalho. Os defensores da redução dizem que a melhora na qualidade de vida dos trabalhadores contribui para que produzam mais. Por outro lado, os críticos lembram que a produtividade não depende apenas do trabalhador, mas também de fatores como gestão da empresa, infraestrutura e segurança jurídica.

Em 2024, os trabalhadores não realizados por entidades da classe empresarial sobre o tema. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima que cada 1% de redução na folha do comércio representaria alta de 0,6% dos preços. O documento calcula em R\$ 122,4 bilhões o custo de adequação, o que corresponde a uma ampliação de 21% da folha de pagamentos e 13% de ajuste no preço a médio prazo. A alta decorreria de preços reajustados de acordo com a adotação pela CNI.

Comércio em PAUTA

Informações da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Senac e do Senac

CNC ENTREGA AGENDA INSTITUCIONAL AOS PRESIDENTES DA CÂMARA E DO SENADO

Em um gesto de fortalecimento do diálogo entre o setor produtivo e o Congresso Nacional, o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, entregou, terça-feira (31), a Agenda Institucional do Sistema Comércio 2026 aos presidentes da Câmara dos Deputados, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (República-PIB). O documento foi lançado na semana passada, no dia 25 de março, em Brasília.

A agenda oficial da Representação do Setor Produtivo e do Desenvolvimento, o desenvolvimento e traçam resultados concretos para o povo brasileiro", disse Alcolumbre.

Hugo Motta destacou que a Agenda da CNC é referência para o trabalho do Parlamento pelos setores de comércio, serviços e turismo.

"A Câmara dos Deputados avançou em matérias fundamentais para o desenvolvimento do Brasil em consonância com as necessidades de quem produz e emprega. Este ano, seguiremos no mesmo caminho, sempre com muito diálogo, responsabilidade e equilíbrio".



Hugo Motta, José Roberto Tadros e Davi Alcolumbre com a Agenda

SESC EXIBE GRANDES PRODUÇÕES DO CINEMA DE FORMA GRATUITA EM UNIDADES DE TODO O BRASIL

O CineSesc leva ao público mais de 50 filmes que trazem a potência do cinema nacional e internacional.

Entre eles, produções de grande sucesso, como O Auto da Compadecida 2, de Guel Arraes e Flávia Lacerda, que retrata a história da dupla Chacó e Jodo Grilo; Que Horas Ela Volta?, de Anna Muylaert, vencedor do Prêmio Grande Otelo do Cinema Brasileiro; e Black Tea – O Aroma do Desemprego.

Outra novidade desta edição do projeto é a homenagem a Zezé Motta, que celebra mais de 60 anos dedicados à arte. Compõe o acervo o documentário Zezé Motta: La Femme Enchantée, que retrata a vida e obra do ator, além de filmes como Xica da Silva (1976) e Quilombo (1984).

Os filmes são exibidos gratuitamente, ao longo do ano, nas unidades da Sesc por todo o País.

EXPOSIÇÃO NO CONGRESSO HOMENAGEIA SESC, SENAC E TRABALHADORES DO COMÉRCIO

O cotidiano de milhões de brasileiros que fazem do comércio se desenvolver ganha destaque em Brasília. A exposição Trabalhadores do Comércio – A Força que Impulsiona o País foi inaugurada no Corredor Teresa de Benguela, na Câmara dos Deputados, logo após a sessão solene que celebrou, no plenário do Senado Federal, os 80 anos da Sesc e do Senac, no dia 25 de março.

A mostra presta homenagem aos empresários e aos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo — profissionais que, nos balcões, nas ruas, nos centros comerciais e, atualmente, nas plataformas digitais, movimentam a economia e conectam empresas e consumidores em todo o Brasil.

"Esta exposição é uma homenagem aos milhões de trabalhadores e empresários que, diariamente, constroem a força do comércio brasileiro", afirma José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac. "Ao longo de oito décadas, o setor transformou a vida de pessoas, movimentou cidades e contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do País", completou Tadros, observando ainda que celebra essa trajetória é também reconhecer o valor do trabalho, do empreendedorismo e da capacidade de adaptação de um setor que acompanha e impulsiona as mudanças da sociedade brasileira.

Instalada em um dos corredores mais movimentados da Câmara, a exposição foi pensada para dialogar diretamente com parlamentares, assessores e visitantes da Casa. Ao ocupar esse espaço estratégico, a iniciativa busca aproximar o Poder Legislativo da história e da relevância social do setor que responde por parcela significativa da atividade econômica brasileira.